

CONTRIBUIÇÕES DO NUTRICIONISTA RESIDENTE PARA A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL A PARTIR DA TERRITORIALIZAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

Atenção primária à saúde;; Promoção da saúde;; Diagnóstico situacional

Introdução

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha papel estratégico na organização do cuidado, ao possibilitar o conhecimento das necessidades de saúde da população e o planejamento de ações voltadas às especificidades do território. Nesse contexto, a territorialização configura-se como uma ferramenta essencial para a compreensão das condições sociais, econômicas, ambientais e sanitárias que influenciam o processo saúde-doença. Para o nutricionista, esse processo favorece o reconhecimento dos determinantes relacionados à alimentação e nutrição, contribuindo para construção do diagnóstico situacional e planejamento de intervenções mais adequadas às necessidades da comunidade. Este relato justifica-se pela importância de destacar a contribuição da atuação do nutricionista residente na produção de informações qualificadas para o planejamento das ações em saúde. Objetivou-se analisar as contribuições do nutricionista residente para a construção do diagnóstico situacional a partir do processo de territorialização na APS.

Métodos

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, desenvolvido durante o processo de territorialização realizado entre março e abril de 2026 em uma Unidade Básica de Saúde. As atividades foram orientadas por roteiro sistematizado para reconhecimento do território, contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e condições de vulnerabilidade da população. A produção das informações ocorreu por meio de observação sistemática do território, diálogos com profissionais de saúde, moradores e usuários do serviço, rodas de conversa e registros em diário de campo, permitindo a caracterização das condições de vida, saúde e alimentação da população adscrita.

Resultados / Discussão

O processo de territorialização permitiu caracterizar o perfil epidemiológico e social da área adscrita, evidenciando grupos prioritários para o acompanhamento na APS, destacando-se pessoas com hipertensão arterial, diabetes mellitus, idosos, indivíduos em acompanhamento domiciliar e famílias em situação de vulnerabilidade social. Além de contribuir para o reconhecimento das principais demandas de saúde do território, a experiência permitiu compreender aspectos relacionados ao acesso aos alimentos, às condições socioeconômicas e às práticas alimentares da população, demonstrando a influência dos determinantes sociais da saúde no processo saúde-doença. Essas informações ampliaram a compreensão do contexto de vida da população e qualificaram a construção do diagnóstico situacional, subsidiando a definição de prioridades assistenciais e o planejamento de ações individuais e coletivas em alimentação e nutrição. A vivência também fortaleceu a integração entre residente, equipe multiprofissional e comunidade, favorecendo ações intersetoriais e de atenção integral à saúde.

Considerações Finais

A territorialização mostrou-se uma ferramenta estratégica para qualificar a atuação do nutricionista na Atenção Primária à Saúde, ao possibilitar a construção do diagnóstico situacional e o planejamento de ações alinhadas às demandas do território. Além de contribuir para a organização do cuidado, a experiência fortaleceu a aprendizagem em serviço e o trabalho multiprofissional. A troca de saberes entre as diferentes categorias profissionais ampliou a compreensão das necessidades do território e contribuiu para o planejamento integrado das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e cuidado nutricional, fortalecendo a integralidade do cuidado.

Referência Bibliográfica

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D. (Org.). O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: Fiocruz. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). 1. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.